

27/04/2010

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 95.878 AMAZONAS

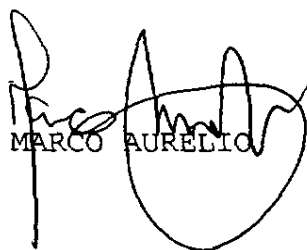
RELATOR : **MIN. MARCO AURÉLIO**
PACTE. (S) : RAIMUNDO ALVES PEREIRA FILHO
IMPTE. (S) : EUSTÁQUIO NUNES SILVEIRA E OUTRO(A/S)
COATOR(A/S) (ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PROCESSO PENAL - CONEXÃO PROBATÓRIA. Uma vez existente a conexão probatória e o entrelaçamento de práticas a alcançarem o prejuízo de serviço federal, impõe-se, ante a conexão probatória e o objeto do preceito penal, em termos de proteção, reconhecer a competência da Justiça Federal.

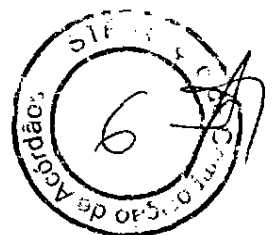
A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal em indeferir o pedido de *habeas corpus*, nos termos do voto do relator e por unanimidade, em sessão presidida pelo Ministro Ricardo Lewandowski, na conformidade da ata do julgamento e das respectivas notas taquigráficas.

Brasília, 27 de abril de 2010.


MARCO AURÉLIO

RELATOR



27/04/2010

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 95.878 AMAZONAS

RELATOR : **MIN. MARCO AURÉLIO**
PACTE. (S) : **RAIMUNDO ALVES PEREIRA FILHO**
IMPTE. (S) : **EUSTÁQUIO NUNES SILVEIRA E OUTRO (A/S)**
COATOR (A/S) (ES) : **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

R E L A T Ó R I O

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - Adoto, a título de relatório, as informações prestadas pela Assessoria:

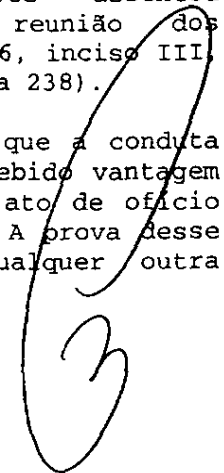
Na decisão que implicou o indeferimento da liminar, a espécie ficou assim resumida (folhas 21 e 22):

**COMPETÊNCIA - CONEXÃO PROBATÓRIA -
JURISDIÇÃO COMUM E ESPECIAL -
PREVALÊNCIA DA PRIMEIRA -
RELEVÂNCIA NÃO DEMONSTRADA - HABEAS
CORPUS - LIMINAR INDEFERIDA.**

1. Eis como a Assessoria retratou as balizas desta impetração:

O ato que se busca infirmar é o acórdão do Superior Tribunal de Justiça mediante o qual foi afirmada a competência da Justiça Federal para processar e julgar ações penais ajuizadas em decorrência da prática de delitos conexos, envolvendo servidores da SUFRAMA e servidores de outros Estados da Federação. Em virtude da conexão probatória, bem assim de vínculo objetivo entre as diferentes condutas, a Corte assentou apresentar-se conveniente a reunião dos processos, nos termos do artigo 76, inciso III, do Código de Processo Penal (folha 238).

Os impetrantes afirmam que a conduta do paciente é unicamente ter recebido vantagem ilícita para deixar de praticar ato de ofício de Fiscal de Tributos Estaduais. A prova desse fato seria independente de qualquer outra



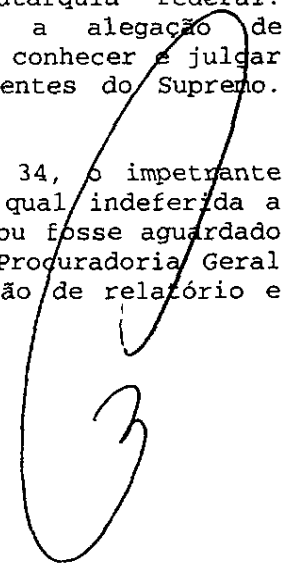
HC 95.878 / AM

infração supostamente cometida pela quadrilha no interior da SUFRAMA, onde servidores da autarquia federal, segundo o Ministério Público Federal, mediante recebimento de propinas, efetuavam a chancela dos "Protocolos de Ingresso de Mercadorias Nacionais - PIN's", sem a conferência da carga efetivamente transportada. Asseveram, por isso, que a conexão instrumental ou probatória só existe quando a prova de um crime influi na de outro, como ocorre no furto e na receptação. No caso em exame, contudo, não haveria qualquer influência da suposta prática do paciente, na condição de servidor público estadual, na conduta atribuída aos demais acusados. Os fatos não revelariam as hipóteses versadas no artigo 109 da Constituição Federal, não havendo conexão entre crime federal e estadual de modo a prevalecer a jurisdição federal. Evocando o artigo 648, inciso III, do Código de Processo Penal, dizem configurar coação ilegal a incompetência do Juízo. Requerem o deferimento de liminar para suspender o curso da ação penal, até o julgamento final do habeas, e, alfim, pedem a concessão da ordem, a fim de trancar a referida ação penal.

[...]

A Procuradoria Geral da República, no parecer de folha 24 a 31, aduz que a conexão entre a conduta delituosa imputada ao paciente e aquelas atribuídas aos demais co-réus estaria devidamente explicitada na denúncia, à folha 52 à 54 do apenso, não se tendo limitado à prática do tipo previsto no artigo 317, § 1º, do Código Penal, havendo abrangido, também, o delito de formação de quadrilha, uma vez que inserido no contexto de fraudes e propinas levados a cabo no âmbito da SUFRAMA e das instâncias complementares à atuação da autarquia federal. Afirma, então, apresentar-se insubsistente a alegação de incompetência absoluta da Justiça Federal para conhecer e julgar a ação. A respeito do tema, menciona precedentes do Supremo. Manifesta-se pelo indeferimento da ordem.

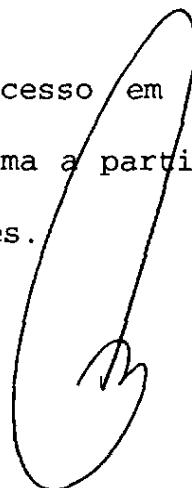
Por meio da petição de folhas 33 e 34, o impetrante pretendeu a reconsideração do ato mediante o qual indeferida a medida acauteladora. Vossa Excelência determinou fosse aguardado o retorno do processo, que se encontrava na Procuradoria Geral da República, para, então, proceder à confecção de relatório e voto.



HC 95.878 / AM

Lancei visto no processo em 19 de abril de 2010, liberando-o para ser julgado na Turma a partir de 27 seguinte, isso objetivando a ciência dos impetrantes.

É o relatório.



HC 95.878 / AM

V O T O

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) - Ao indeferir a medida acauteladora, assim fiz ver (folha 22):

[...]

2. Observem que a denúncia alcançou o crime de quadrilha e, mais do que isso, infração considerado o interesse federal. O fato de a participação do paciente haver ficado ligada, presentes os atos diretos, à fiscalização de tributo estadual não conduz a assentar-se a competência da Justiça comum. É que, no concurso entre a jurisdição comum e a especial, prevalece esta última, consoante disposto no inciso IV do artigo 78 do Código de Processo Penal, surgindo a conexão probatória, ao menos, quanto ao citado crime.

[...]

Realmente, na denúncia contida no apenso, aludiu-se a reunião de pessoas com a finalidade de praticar crimes presente a Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA, reportando-se a servidores de outros Estados, principalmente de São Paulo. A imputação, quanto ao paciente, alcançou os delitos dos artigos 288 e 317, § 1º, na forma do artigo 69, todos do Código Penal e, muito embora, nos depoimentos transcritos, inclusive na acariação verificada, conste referência à pendência de autuação por conta de nota fiscal, direcionando a atividade no Estado, há o entrelaçamento visando a prática contrária à SUFRAMA. Em síntese, como ressaltado pelo Superior Tribunal de Justiça, tem-se a conexão probatória, valendo notar, além disso, o objeto protegido - serviço federal. Indefiro a ordem.

PRIMEIRA TURMA**EXTRATO DE ATA****HABEAS CORPUS 95.878**

PROCED. : AMAZONAS

RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO

PACTE.(S) : RAIMUNDO ALVES PEREIRA FILHO

IMPTE.(S) : EUSTÁQUIO NUNES SILVEIRA E OUTRO(A/S)

COATOR(A/S) (ES) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma indeferiu o pedido de *habeas corpus*, nos termos do voto do Relator. Unânime. Falaram: o Dr. Eustáquio Nunes Silveira, pelo paciente e o Dr. Paulo de Tarso Braz Cubas, Subprocurador-Geral da República, pelo Ministério Público Federal. Presidência do Ministro Ricardo Lewandowski. 1ª Turma, 27.04.2010.

Presidência do Ministro Ricardo Lewandowski. Presentes à Sessão os Ministros Marco Aurélio, Ayres Britto, a Ministra Cármen Lúcia e o Ministro Dias Toffoli.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Paulo de Tarso Braz Lucas.

Fabiane Duarte
Coordenadora